ORANGENÍVEL – Turismo Rural, Lda.

Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo em Faia

Projeto de Execução

Julho de 2020

recurso

ESTUDOS E PROJECTOS DE AMBIENTE E PLANEAMENTO, LDA.

Rua Conselheiro de Magalhães, n.º 37, Loja H, 3800-184 Aveiro
Tel.: 234 426 040
E-mail: recurso@recurso.com.pt
www.recurso.com.pt

ORANGENÍVEL – Turismo Rural, Lda.

Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo em Faia

Aprovado	
Função:	Coordenação
Data:	10/07/2020

recurso

ESTUDOS E PROJECTOS DE AMBIENTE E PLANEAMENTO, LDA.

Rua Conselheiro de Magalhães, nº37, Loja H, 3800-184 Aveiro

Tel.: 234 426 040

E-mail: recurso@recurso.com.pt

www.recurso.com.pt

Índice

1. Introdução 1

2. Quais os antecedentes do projeto 2

3. Onde se localiza o projeto 2

4. O que é o projeto 5

5. Como vai ser construído o projeto 9

6. Como vai funcionar o projeto 10

7. Como vai ser desativado o projeto 11

8. Quais os prazos de realização do projeto 11

9. Qual é o estado atual do ambiente na área de estudo 11

10. Quais os impactes ambientais do projeto 13

11. Quais as medidas de minimização dos impactes 14

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo de Faia, localizado na freguesia de Faia, no concelho da Guarda.

O projeto consiste na instalação de um parque de campismo numa propriedade com uma área de 5 hectares, designada Quinta do Barata.

O objetivo do projeto é, de acordo com o proponente, efetuar a legalização das construções existentes e concluir a construção das infraestruturas necessárias ao pleno funcionamento do Parque de Campismo. O Parque de Campismo corresponde ao projeto de vida do proponente, dado que a sua residência permanente se localiza na propriedade onde funciona o projeto.

O projeto encontra-se atualmente na fase de Projeto de Execução.

O Resumo Não Técnico tem como objetivo resumir os aspetos mais importantes do Estudo de Impacte Ambiental e encontra-se escrito numa linguagem que se pretende acessível à generalidade dos principais interessados, de modo a que estes possam participar na Consulta Pública. Para a obtenção de informações mais detalhadas poderá ser consultado o Estudo de Impacte Ambiental, que estará disponível na plataforma eletrónica Participa.pt.

O Estudo de Impacte Ambiental tem como objetivo analisar os efeitos do projeto no meio natural e social, bem como apresentar medidas para reduzir os efeitos mais prejudiciais. Corresponde ao instrumento técnico que suporta o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, cujo procedimento inclui a realização do Estudo de Impacte Ambiental propriamente dito, a fase de Consulta Pública e termina com a emissão da Declaração de Impacte Ambiental, que será obrigatoriamente considerada no licenciamento do projeto.

O Estudo de Impacte Ambiental foi desenvolvido com o objetivo de responder aos requisitos do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, publicado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro. Os projetos que pela sua natureza, dimensão ou localização sejam considerados suscetíveis de causar efeitos significativos no meio ambiente terão de ser submetidos a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental prévio ao seu licenciamento. Atendendo a que o projeto corresponde a um parque de campismo em área sensível com mais de 0,60 hectares, encontra-se incluído no Anexo II, na alínea d) do ponto 12 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013.

O proponente do projeto é a empresa ORANGENÍVEL – Turismo Rural, Lda., com sede no concelho da Guarda.

A entidade licenciadora do projeto é a Câmara Municipal da Guarda e a Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

O Estudo de Impacte Ambiental foi elaborado de fevereiro a junho de 2020, pela empresa Recurso – Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda.

2. Quais os antecedentes do projeto

Em 2011, o proponente adquiriu a propriedade onde pretende instalar o Parque de Campismo, tendo submetido na Câmara Municipal da Guarda, nesse mesmo ano, um pedido de licenciamento para obras de construção de um parque de campismo.

O projeto de arquitetura foi deferido. A aprovação ficou, no entanto, condicionada à apresentação, no prazo de 6 meses, dos respetivos projetos de especialidades.

Os elementos solicitados foram fornecidos pelo proponente, tendo sido solicitado parecer ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Em 15 de dezembro de 2011, essa Entidade emitiu parecer favorável à pretensão de instalação do parque de campismo pelo facto do mesmo ter enquadramento no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.

Foi concedida pela Câmara Municipal da Guarda licença de construção com um prazo de validade de 12 meses. No entanto, o proponente não efetuou a construção no prazo previsto e a referida licença caducou.

Em 2017, o proponente submeteu na Câmara Municipal da Guarda novo processo de licenciamento para legalização de pré-existências e realização de obras de edificação e regularização. Neste âmbito, a Câmara Municipal da Guarda solicitou pareceres externos.

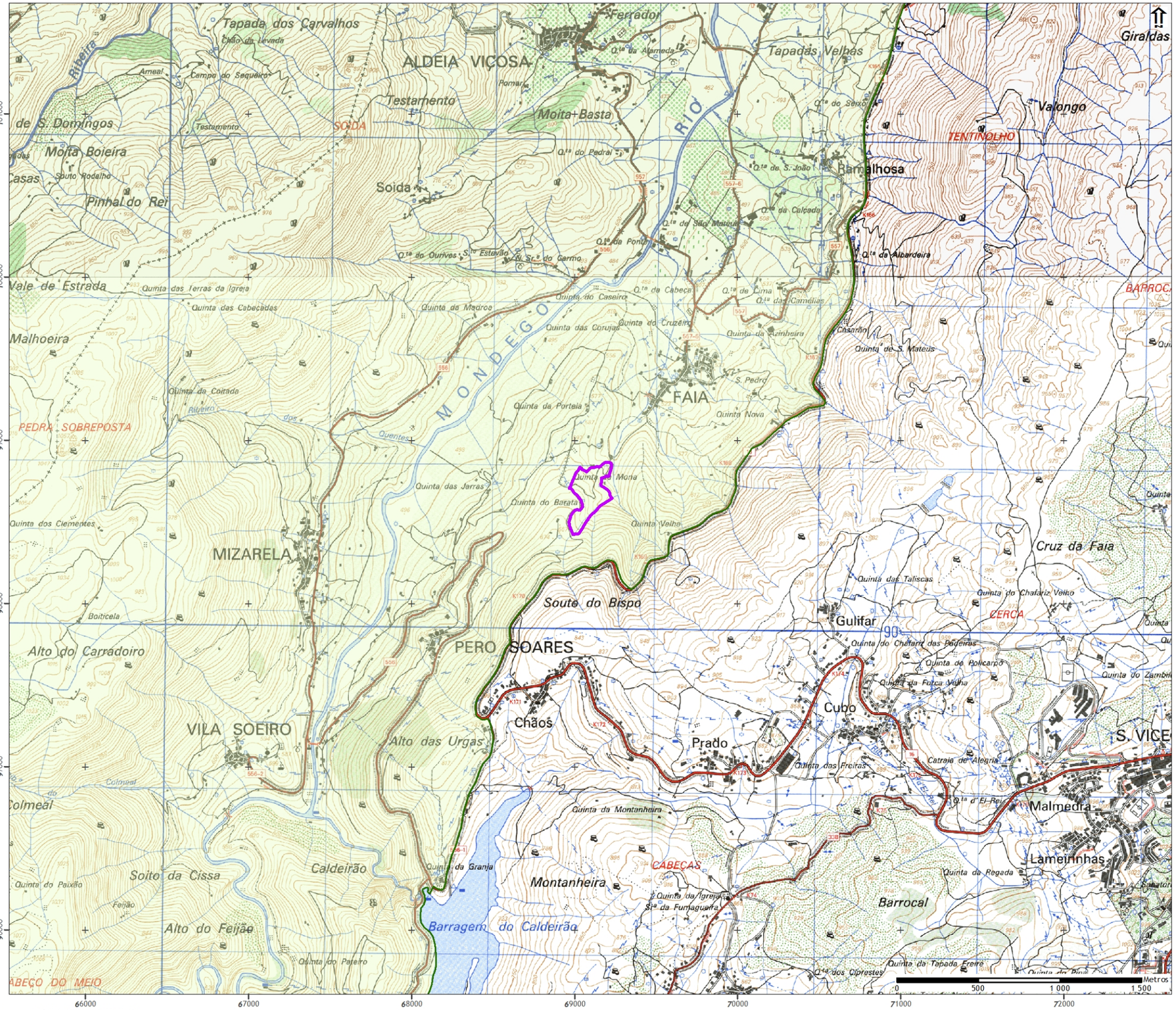
O processo de licenciamento na Câmara Municipal da Guarda foi, entretanto, arquivado, dado que, de acordo com a parecer do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a pretensão tem enquadramento no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental.

3. Onde se localiza o projeto

O projeto localiza-se na Quinta do Barata, na freguesia de Faia, no concelho e distrito da Guarda (ver Figura 1).

A povoação mais próxima do projeto é Faia, a cerca de 355 metros a nordeste. A cidade da Guarda localiza-se a cerca de 4,4 quilómetros a este.

O acesso à área do projeto é feito virando para Faia ao quilometro 166 da estrada nacional EN16, e depois pela estrada municipal EM557-5 (ver Figura 2).



Sistema referência PT-TM06/ETRS89

Limite do projeto

Parque Natural da Serra da Estrela

Freguesia de Faia

Concelho da Guarda

Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo em Faia	recurso
Localização e enquadramento	Escala: 1:25 000
	Data: Junho 2020
Fonte: Carta Militar n.º 192 (IGeoE, 1999) e n.º 203 (IGeoE, 1998); CAOP (2019).	Figura: **1**

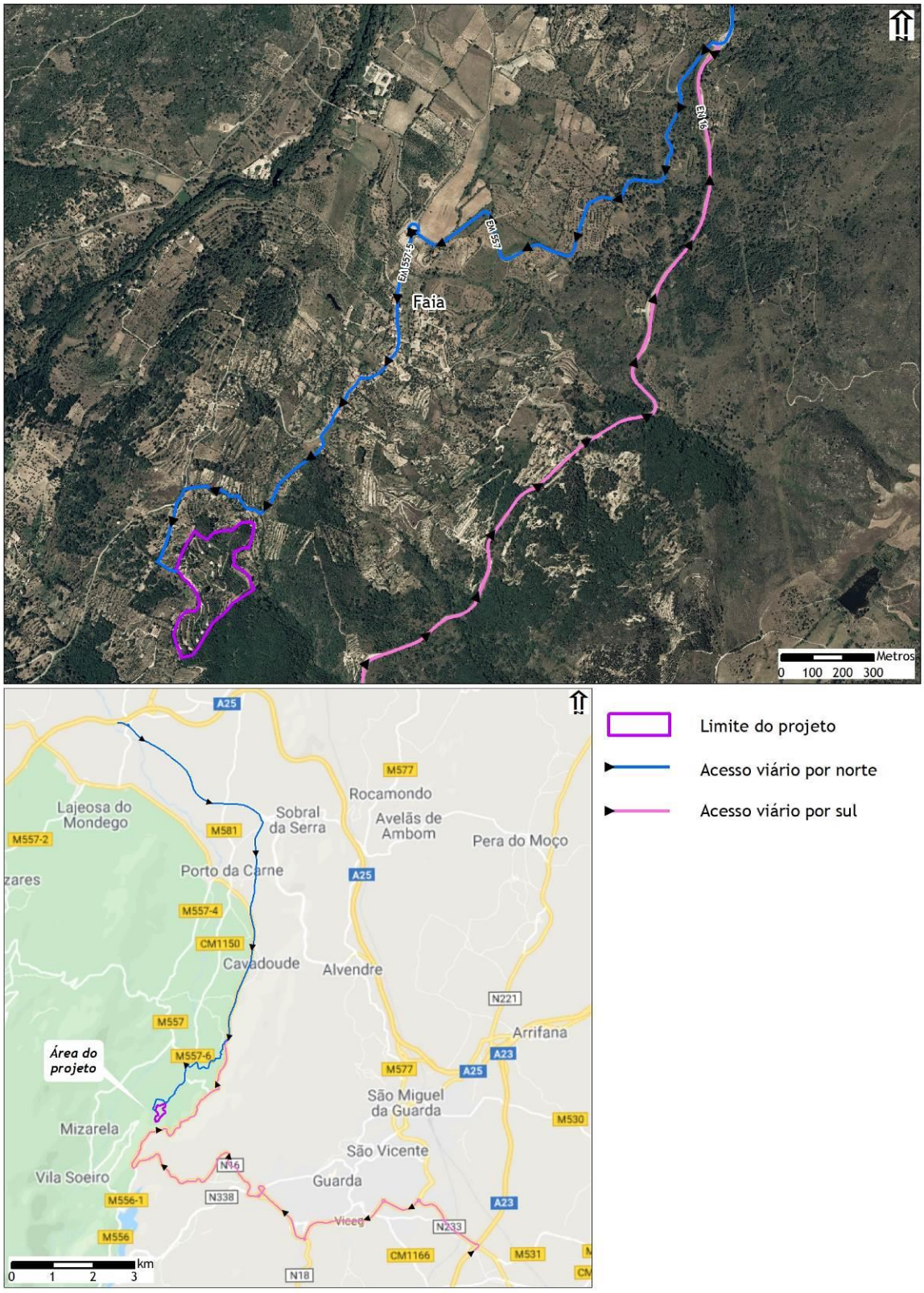


Figura 2 – Acesso viário à área do projeto.

4. O que é o projeto

O projeto insere-se numa propriedade com 5 hectares e corresponde a um Parque de Campismo com uma capacidade para 80 utentes, sendo 40 deles afetos às tendas em plataforma e os restantes 40 utentes em tendas convencionais. Na área do Parque de Campismo existe ainda uma instalação de caráter complementar destinada a alojamento, com uma capacidade para 2 camas.

Na propriedade onde se localiza o projeto existe ainda uma habitação unifamiliar, que não faz parte do projeto e que corresponde à residência permanente do proponente.

O projeto do Parque de Campismo é assim constituído por uma área dedicada à instalação de tendas convencionais e por várias zonas exclusivas à instalação de tendas em plataforma, constituídas por estrutura de madeira, que dado o seu método construtivo são amovíveis.

O Parque de Campismo é constituído pelas seguintes estruturas (ver Figura 2):

- Instalação de 10 tendas em plataforma, constituídas por estruturas em madeira.
- Área destinada à instalação de equipamento campista (40 tendas convencionais).
- Instalação complementar destinada a alojamento
- Pérgula.
- Sala de convívio.
- Café/ bar.
- Piscina biológica.
- Parque infantil.
- Churrasqueira e forno.
- Instalações sanitárias.
- Receção.
- Zona de lavagem/ tratamento de contentores do lixo

Fotografia 1 – Vistas exteriores das tendas em plataforma.

Fotografia 2 - Vista da pérgula.

Fotografia 3 – Vista da instalação de caráter complementar destinada a alojamento

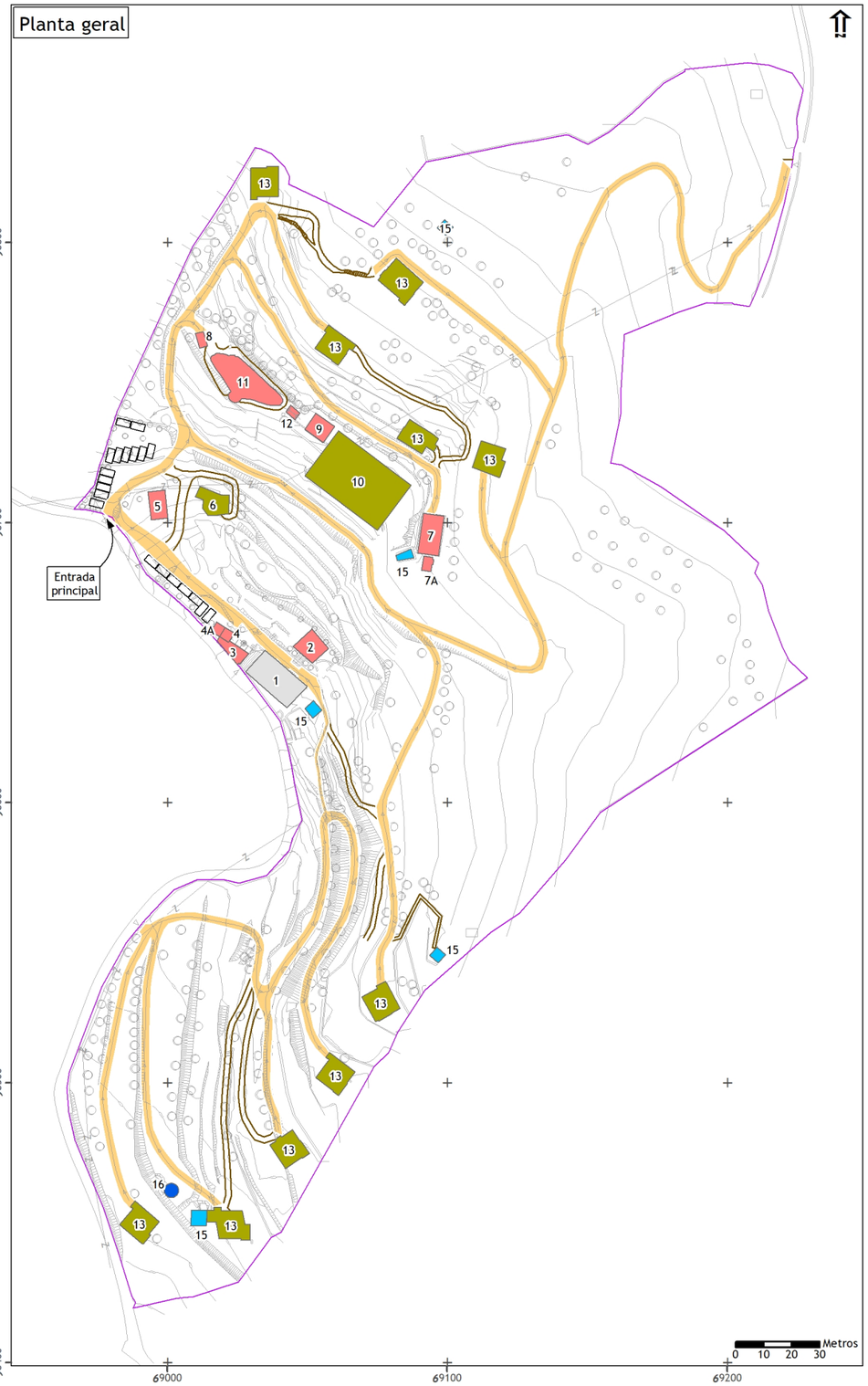
Fotografia 4 – Vista da sala de convívio.

Fotografia 5 - Vista da churrasqueira.

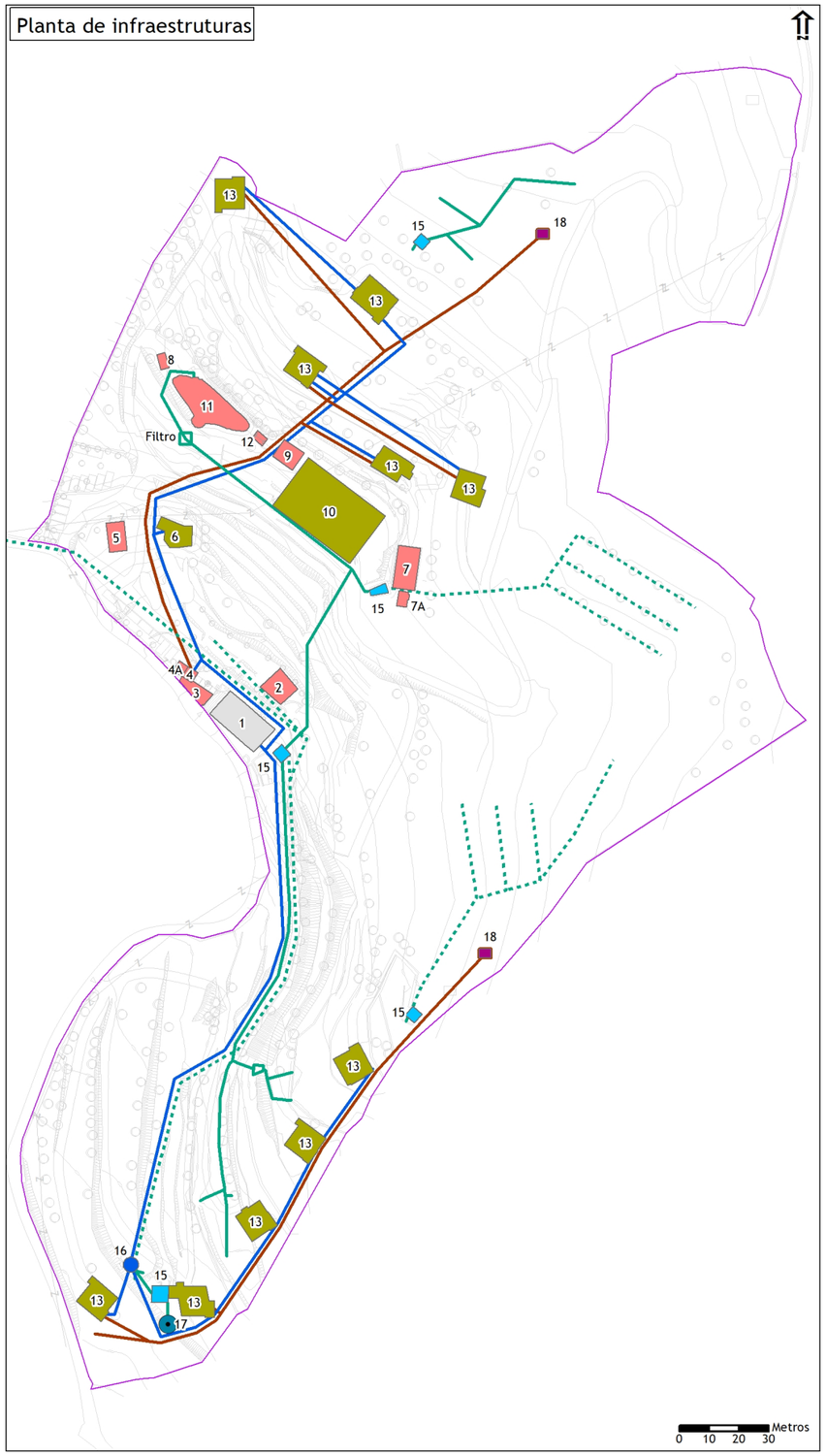
Fotografia 6 – Vista da piscina biológica.

Os caminhos e acessos existentes no interior da propriedade são todos em terra batida e permitem a ligação pedonal/ viária entre as várias estruturas que constituem o projeto. Não está prevista qualquer intervenção adicional nos acessos e caminhos, para além das normais atividades de manutenção.

O Parque de Campismo tem previsto uma área afeta a estacionamento à superfície, com uma capacidade para 20 lugares destinados a veículos ligeiros, onde 2 são para pessoas com mobilidade condicionada.



Sistema referência PT-TM06/ETRS89



Limite do projeto

1 - Habitação unifamiliar

Estruturas para alojamento:

6 - Instalação complementar destinada a alojamento
10 - Área destinada à instalação de equipamento campista (tendas convencionais)
13 - Instalação de tendas em plataforma

Estruturas de apoio:

2 - Pérgula
3 - Churrasqueira/ forno
4 - Instalação sanitária (a intervencionar)
4A - Receção (a construir)
5 - Zona de lavagem/ tratamento de contentores de lixo
7 - Sala de convívio
7A - Área de apoio à sala de convívio
8 - Café/ bar
9 - Instalação sanitária (a construir)
11 - Piscina biológica
12 - Parque infantil

14 - Lugares de estacionamento

15 - Tanque

16 - Poço

17 - Nascente

Rede entubada para consumo humano

Rede entubada para rega

Rede de rega em levada

18 - Fossas séticas

Rede de drenagem de esgotos

Caminhos pedonais

Área de circulação rodoviária

Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo em Faia	recurso
Planta síntese e Redes de água e esgotos	Escala: 1:2.000
	Data: Junho 2020
Fonte: Levantamento topográfico (2017).	Figura: **2**

Fotografia 7 – Perspetiva aérea para sul da área do projeto.

Fotografia 8 - Perspetiva aérea para sudoeste da área do projeto.

5. Como vai ser construído o projeto

Durante a fase de construção, as principais atividades suscetíveis de gerar impactes são:

- Instalação e utilização do estaleiro.
- Obras de construção civil.
- Transporte de pessoas e materiais.

A maior parte das estruturas afetas ao projeto já se encontram construídas. Como estruturas novas a construir refere-se o edifício de receção e uma instalação sanitária junto à área para dedicada às tendas convencionais, para além da intervenção da instalação sanitária existente junto à entrada do Parque de Campismo. Junto à piscina biológica, será ainda criado um parque infantil com baloiços.

A **receção** será implantada junto à zona edificada existente, na entrada principal do Parque de Campismo e será equipada com internet, telefone, e prestará os seguintes serviços: registo de entradas e saídas dos campistas; receber, guardar e entregar aos campistas a correspondência, bem como os objetos que lhes sejam destinados; aceitação e entregas de mensagens; informação do funcionamento do Parque de Campismo. A receção estará ao serviço 24 horas por dia e irá dispor de equipamento de primeiros socorros.

As **instalações sanitárias de apoio à área das tendas convencionais** serão implantadas junto às zonas comuns que complementam o Parque de Campismo, tais como a piscina e o café/ bar. O edifício será composto por dois espaços separados por sexo, instalação sanitária com duche para indivíduos com mobilidade condicionada, e zona de lavagem e tratamento de roupa e loiça. O edifício será revestido com ripado de madeira. Nas fachadas laterais o ripado será interrompido, criando vazios que possibilitam a entrada de luz para o espaço interior.

Junto à churrasqueira, existe já uma **instalação sanitária** que é previsto intervencionar, composta por um espaço individualizado com base de duche, um espaço individualizado com sanita, um espaço de arrumos com máquina de lavar roupa e um lavatório à entrada. De forma a interligar este edifício com a paisagem natural circundante e com os edificados existentes, será feito o revestimento do edifício com ripado de madeira, a telha de fibrocimento será retirada e substituída por painel de cobertura tipo "sandwich" coberto por telha de canudo.

As intervenções propostas localizam-se em zonas que já se encontram aplanadas, não estando previstas quaisquer movimentações de terras.

6. Como vai funcionar o projeto

Durante a fase de funcionamento, as principais atividades suscetíveis de gerar impactes são:

- Presença física do projeto.
- Utilização e ocupação turística.
- Manutenção das plataformas e dos espaços verdes.
- Transporte de pessoas e bens.

O Parque de Campismo estará aberto anualmente de 15 de maio a 22 de setembro, com uma capacidade para 80 campistas – 40 em tendas convencionais e 40 em tendas em plataforma, para além da instalação de caráter complementar destinada a alojamento, com uma capacidade para 2 camas.

No local não existe rede pública de abastecimento de água, pelo que a água para consumo humano é proveniente de uma captação de água (mina) existente na propriedade e que tem licença válida. A água é encaminhada para um poço, a partir do qual é feito o tratamento por desinfeção.

Os esgotos domésticos produzidos na área do projeto são conduzidos a duas fossas séticas com poço absorvente existentes na propriedade, e que já possuem licença de utilização do Domínio Público Hídrico.

A eletricidade á proveniente da rede pública. A confeção de alimentos e o aquecimento de águas sanitárias são feitos através de gás em botija.

Serão criados 4 postos de trabalho sazonais (de maio a setembro), relacionados com a receção dos campistas, limpezas e atendimento geral.

Está previsto o reforço dos meios para recolha de resíduos urbanos dentro da propriedade, através da colocação de contentores diferenciados. Os resíduos recolhidos terão como destino o serviço municipal de recolha de resíduos.

7. Como vai ser desativado o projeto

A desativação do Parque de Campismo não está prevista, pelo que a sua análise não foi integrada na presente avaliação.

8. Quais os prazos de realização do projeto

A fase de construção terá uma duração aproximada de 12 meses.

9. Qual é o estado atual do ambiente na área de estudo

O projeto situa-se no Maciço Hespérico ou Ibérico, na Serra da Estrela, numa área constituída por granitos. Trata-se de rochas fissuradas, com valor comercial, embora a freguesia onde se insere o projeto não tenha áreas extrativas.

A massa de água subterrânea que ocorre no local é designada Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego, com uma aptidão muito baixa e um risco de contaminação considerado baixo a variável. Na área do projeto existe uma mina, cuja água é usada para consumo humano.

A área do projeto localiza-se na massa de água do rio Mondego, na bacia hidrográfica da ribeira do Faia, localizada na margem esquerda do rio Mondego. O estado ecológico do rio Mondego é considerado razoável, enquanto o estado químico é considerado bom.

Em relação ao solo, verifica-se que a maior parte da área do projeto encontra-se em áreas sem aptidão agrícola, mas com aptidão florestal, não havendo áreas de Reserva Agrícola Nacional.

A área do projeto localiza-se numa área classificada para a conservação da natureza – a área protegida do Parque Natural da Serra da Estrela e a Zona Especial de Conservação da Serra da Estrela, incluída na Rede Natura 2000.

Apesar da sua localização numa área classificada para a conservação da natureza, o projeto encontra-se a cotas mais baixas, pelo que os grandes valores ecológicos presentes, associados principalmente à altitude, não se encontram presentes. Na área do projeto, e em particular na envolvente, os principais valores estão essencialmente relacionados com as manchas de

castanheiros, carvalhos, matos, pastagens e galerias ripícolas, sendo as manchas de floresta autóctone de castanheiros e carvalhos os maiores valores ecológicos.

A área de estudo para a paisagem insere-se na região da "Beira Alta", predominantemente na Unidade de Paisagem "Serra da Estrela". No geral, trata-se de uma paisagem que se destaca pelo seu relevo majestoso, pelas formas que a erosão caprichosamente esculpiu na rocha e pela singularidade notável que constitui o conjunto de testemunhos geomorfológicos deixados pelos períodos glaciares que afetaram a região.

Baseadas nas caraterísticas de relevo e de uso do solo, foram definidas quatro subunidades de paisagem, nomeadamente: cabeços a oeste; encostas florestais declivosas; vale do Mondego; planalto a este. A sensibilidade visual da paisagem traduz a capacidade que a paisagem tem em acolher alterações à sua estrutura, sem alterar a sua qualidade sensorial/ visual, tendo-se concluído que a área do projeto apresenta uma sensibilidade visual da paisagem média a baixa.

A qualidade do ar na região é considerada boa, sendo as principais fontes de poluentes atmosféricos, a nível concelhio, o tráfego rodoviário.

Na envolvente da área do projeto existem alguns recetores sensíveis ao ruído, que correspondem a habitações unifamiliares, em que os mais próximos se localizam a cerca de 25 metros do limite nordeste e a cerca de 50 metros do limite sudoeste da propriedade. As principais fontes de ruído têm origem no tráfego automóvel que circula na rede viária local.

Em 2011, o concelho da Guarda apresentava 42.541 habitantes, tendo registado uma diminuição da população residente relativamente a 2001, apesar de menor que a verificada na sub-região onde se insere. A comparação da evolução de taxa de atividade e de população residente entre 2001 e 2011 mostra que a população ativa diminuiu no concelho da Guarda essencialmente devido à redução da população residente. Contudo, na freguesia de Faia a diminuição da população ativa ficou a dever-se ao envelhecimento da população.

De um modo geral, o setor de atividade com maior importância no concelho da Guarda é o comércio, seguido da indústria transformadora. O setor agrícola e pecuário é o segundo setor com maior número de empresas no concelho, sendo o setor do comércio o primeiro.

A pesquisa bibliográfica permitiu verificar que existem vestígios de povoamento humano no concelho da Guarda desde o tempo do paleolítico. Na freguesia de Faia foram identificados 13 elementos arqueológicos e arquitetónicos merecedores de destaque. No entanto, na área do projeto não foi detetada nenhuma ocorrência patrimonial.

A análise da evolução previsível deste território sem a realização do projeto permite perspetivar que a não concretização do projeto implicará que a área manterá as suas características atuais, com a estrutura de socalcos. Poderá, no entanto, ocorrer o abandono da propriedade ou a sua conversão para uma prática agrícola mais intensiva.

10. Quais os impactes ambientais do projeto

Fase de construção

As áreas onde está prevista a realização de atividades de construção já se encontram aplanadas. Assim, não se prevê a interferência nas estruturas geomorfológicas e geológicas, nem de recursos geológicos, sendo o impacte considerado negligenciável.

Os trabalhos de construção previstos ocuparão uma área muito reduzida, pelo que não se prevê a afetação dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais.

Também não se espera a degradação do solo, pelo que o impacte será negligenciável.

Em relação aos recursos biológicos, como não está prevista qualquer desmatação, não é esperada a afetação de habitats, nem de vegetação. As aves e os mamíferos podem ser os grupos mais afetados, mas como as aves têm uma elevada mobilidade e os mamíferos uma relativa tolerância à perturbação, considera-se o impacte negligenciável.

Ao nível da paisagem, a fase de construção apresenta um impacte que se considera negligenciável, uma vez que as ações de obra ocorrerão numa área muito restrita dentro da propriedade e junto a áreas já afetas ao Parque de Campismo.

Dado o reduzido volume de trabalhos previstos, o impacte na qualidade do ar deverá ser negligenciável.

O ruído associado à construção não deverá afetar os recetores sensíveis mais próximos, uma vez que as atividades apenas serão realizadas no período diurno de dias úteis. Considera-se por isso, que o impacte negligenciável.

O número de trabalhadores afetos aos trabalhos da fase de construção deverá ser reduzido, dada a natureza dos trabalhos previstos. Por esta razão, será também reduzida a eventual procura de mão de obra e serviços associados, pelo que se considera o impacte negligenciável.

As atividades de construção não irão afetar quaisquer ocorrências patrimoniais, pelo que o impacte foi considerado nulo.

Fase de funcionamento

A presença física das estruturas que compõem o projeto traduzem-se numa impermeabilização muito reduzida do solo. Contudo, por não haver rede pública de drenagem de esgotos, as águas residuais são encaminhadas para duas fossas séticas com poço absorvente. Como o sistema de fossas apresenta uma adequada capacidade de retenção do esgoto e previsivelmente será realizada uma correta manutenção deste equipamento, considera-se o impacte pouco negativo.

A ocupação do solo com as estruturas do Parque de Campismo é muito reduzida e dispersa. Além disso, a tipologia e sazonalidade da atividade (4 meses por ano) levam a que o funcionamento do projeto tenha pouca possibilidade de provocar a contaminação do solo, pelo que o impacte é negligenciável.

A pressão humana irá aumentar neste território durante 4 meses por ano, apesar de se tratar de um uso com baixa densidade. Esta pressão poderá introduzir um maior risco de incêndio, pelo que é importante a adoção e promoção de medidas de prevenção. Ainda assim, a presença do projeto não deverá ter interferência com os recursos naturais, constituindo por isso um impacte negligenciável.

As estruturas do Parque de Campismo são constituídas por materiais naturais (madeira e têxteis), dispersas na propriedade, o que lhes confere um elevado enquadramento no meio. À distância, o projeto assemelha-se a uma quinta agrícola, especialmente nos meses em que o Parque de Campismo não se encontra em funcionamento. Assim, considera-se que o projeto tem um impacte pouco negativo na paisagem.

O funcionamento do projeto resulta no aumento do tráfego rodoviário, mas este será reduzido (5 veículos na hora de ponta), pelo que o impacte na qualidade do ar, clima e alterações climáticas, e ruído foi considerado negligenciável.

Apesar do número reduzido e sazonal de postos de trabalho criados, o projeto deverá atrair novos serviços e potenciar o comércio e os serviços prestados localmente, por aumentar a capacidade de atração de visitantes e consumidores, pelo que o impacte foi considerado positivo.

A qualidade de vida das populações na envolvente não deverá ser afetada decorrente do funcionamento do projeto, pelo que o impacte na saúde humana foi considerado negligenciável.

11. Quais as medidas de minimização dos impactes

Durante as fases de construção e funcionamento deverão ser implementadas todas as medidas de minimização de impactes e recomendações constantes nos Quadros 3 e 4.

Quadro 3 – Medidas a implementar na fase de construção.

Fatores	Medidas de minimização para a fase de construção
Recursos hídricos subterrâneos	- O armazenamento de substâncias poluentes deve ser realizado sobre uma bacia de retenção estanque, de forma a evitar derrames acidentais de óleos, combustíveis ou outros produtos poluentes. Os recipientes devem estar claramente identificados e possuir rótulos que indiquem o seu conteúdo. - No caso de ocorrer um derrame acidental de combustível ou óleos, a origem do derrame deverá ser controlada o mais rapidamente possível e a camada de solo contaminada deverá ser removida e enviada para destino final adequado. - Todos os resíduos lixiviáveis devem ser armazenados em contentor estanque e em local coberto para posterior envio a destino final apropriado, preferencialmente a reciclagem. - Na área de estaleiro deverão estar disponíveis materiais absorventes para conter eventuais derrames de óleos e combustíveis. - É proibido efetuar qualquer descarga ou depósito de resíduos ou qualquer outra substância poluente, direta ou indiretamente, sobre os solos, linhas de água, levada, ou em qualquer local que não tenha sido previamente autorizado.

Fatores	Medidas de minimização para a fase de construção
Recursos hídricos superficiais	- Os óleos, lubrificantes, tintas, colas e resinas usados na obra devem ser armazenados em recipientes adequados e estanques, para posterior envio a destino final apropriado, preferencialmente a reciclagem. - É proibido efetuar qualquer descarga ou depósito de resíduos ou qualquer outra substância poluente, direta ou indiretamente, sobre os solos ou linhas de água, ou em qualquer local que não tenha sido previamente autorizado.
Solo e uso do solo	- Os trabalhos que envolvam escavações deverão ocorrer nos períodos de menor pluviosidade, de forma a minimizar a exposição dos solos, a erosão hídrica e o transporte sólido. - Prever, no estaleiro, uma zona impermeável para a manipulação de combustíveis, óleos ou outras substâncias poluentes. - Interditar a rejeição nos solos de qualquer tipo de efluente produzido na obra. - Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e envio para destino final adequado. - No final das obras, nas áreas que tenham sido utilizadas para estaleiro, deverá proceder-se ao revolvimento dos solos, de modo a descompactá-los, reconstituindo assim, na medida do possível, a sua estrutura e equilíbrio.
Sistemas ecológicos	- Deverá restringir-se a perturbação decorrente do processo construtivo (ruído, vibrações e perturbação visual resultantes da operação de máquinas e atividade de pessoal) à menor área possível. - Remover de forma adequada as espécies invasoras que se possam instalar espontaneamente, de acordo com as melhores práticas disponíveis (sítio das invasoras PT - http://invasoras.pt/).
Paisagem	- Todas as operações realizadas por pessoas ou máquinas deverão ser executadas, sempre que possível, dentro do perímetro da obra, de forma a reduzir a exposição visual destas ações.
Ambiente sonoro	- O horário de trabalho nesta fase deve restringir-se ao período diurno (das 08h00 às 20h00) e dias úteis, e tendo em atenção o estabelecido no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.
Ordenamento do território	- Caso sejam identificados exemplares de azevinho, estes devem ser preservados. - Na área destinada à instalação de equipamento campista deve ser colocada sinalética a avisar os utentes da presença e tensão da linha elétrica.
Riscos	- Cumprir as regras estabelecidas no período crítico de incêndio florestal. - Deve ser expressamente proibida a queima de qualquer tipo de resíduo na área de implantação do projeto.

Quadro 4 – Medidas a implementar na fase de funcionamento.

Fatores	Medidas de minimização para a fase de funcionamento
Geologia e geomorfologia	- Efetuar a manutenção dos taludes e a eventual correção de situações de instabilidade.
Recursos hídricos subterrâneos e superficiais	- Deve ser atualizada a licença de captação de água para o aumento de consumo esperado. - Assim que a rede pública de drenagem de efluentes esteja disponível, deve ser efetivada a respetiva ligação ao Parque de Campismo, desativando os sistemas individuais de tratamento. - Proceder à limpeza periódica dos órgãos de tratamento das fossas séticas.
Solo e uso do solo	- É proibido efetuar qualquer descarga ou depósito de resíduos ou qualquer outra substância poluente, direta ou indiretamente, sobre os solos, linhas de água, levada, ou em qualquer local que não tenha sido previamente autorizado.
Sistemas ecológicos	- Todas as espécies vegetais a colocar na propriedade devem ser espécies associadas ao uso agrícola ou então espécies adaptadas às condições edafoclimáticas da região. - Deverão ser implementadas medidas que garantam a minimização do risco de incêndio decorrente do aumento da presença humana, de acordo com a legislação em vigor e com as orientações do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda. - Remover de forma adequada as espécies invasoras que se possam instalar espontaneamente, de acordo com as melhores práticas disponíveis (sítio das invasoras PT - http://invasoras.pt/).

Fatores	Medidas de minimização para a fase de funcionamento
Riscos	- Os utilizadores do Parque de Campismo devem ser informados e incentivados a respeitar os percursos internos do Parque, de forma a proteger a vegetação. - Criar e manter a faixa de gestão de combustível de acordo com as regras estabelecidas legalmente em torno da propriedade. - Cumprir as regras estabelecidas no período crítico de incêndio florestal. - Deve ser expressamente proibida a queima de qualquer tipo de resíduo na área de implantação do projeto.